



CAÁLA
INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO

DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PAULINO PINHEIRO EMÍLIO

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE INSTRUÇÃO
INFANTIL NO MUNICÍPIO DA ECUNHA

CAÁLA, 2023

PAULINO PINHEIRO EMÍLIO

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE INSTRUÇÃO
INFANTIL NO MUNICÍPIO DA ECUNHA**

Projecto de conclusão do curso apresentado ao Departamento de Ensino e Investigação em ciências sociais no Instituto Superior Politécnico da Caála como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Frederico Capuca

CAÁLA, 2023

À minha querida filha, Eunice Catumbo Emílio!

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai, Todo-poderoso por ter me concedido vida até à data presente;

Aos meus progenitores, Severino Emílio (de feliz memória) e Hilária Nassicola , pelo sustento , paciência e coragem em investir no meu futuro,

Aos meus irmãos que sempre me deram o seu apoio moral durante a formação;

Aos docentes do ISP-Caála, especialmente ao meu tutor, Frederico Capuca pela orientação;

Aos meus colegas e a todos que de forma directa ou indirecta contribuíram para o êxito deste trabalho que Deus vos guarde com o seu poder!

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ISPC-Instituto Superior Politécnico da Caála

Ed-Edição

Et al.-E outros autores

Ibidem-Mesmo autor e mesma obra, mas páginas diferentes

Opus cit-Obra já citada

P-Página

Pp-Páginas

LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1 CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR- 2023	29
GRAFICO 2 EXISTÊNCIA DE UM PLANO DE INSERÇÃO DAS CRIANÇAS	30
GRAFICO 3 EXISTÊNCIA DE UM PLANO DE INSERÇÃO DAS CRIANÇAS	31
GRAFICO 4 OPINIÃO SOBRE A REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS DE CAPACITAÇÃO	32
GRAFICO 5 DISTRIBUIÇÃO DOS INQUIRIDOS POR SEXO	33
GRAFICO 6 ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS DURANTE O DIA.....	34
GRAFICO 7 A CRIAÇÃO DO CENTRO RESOLVERIA O PROBLEMA?	34

RESUMO

Os centros de instrução infantil são fundamentais no combate à exclusão educacional e garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida. Investir na educação na primeira infância é uma estratégia eficaz para reduzir o índice de crianças fora do sistema de educação, combatendo, assim, a desigualdade e assegurar a inclusão social. O presente estudo, que o requisito para obtenção do grau de licenciado em História pelo Instituto Superior Politécnico da Caála, descreve a realidade sócio-histórica do município da E Cunha, de forma específica a inexistência de um centro de instrução infantil destinado a garantir a inclusão das crianças em idade pré-escolar que se encontram fora do sistema de ensino. Através dos dados recolhidos por inquérito aplicado a 3 funcionários da Direcção municipal da Educação e a 10 pais e encarregados de educação dos alunos em idade pré-escolar das várias escolas sedeadas no município, procura-se caracterizar o estado da educação no município, bem como constituir a base empírica para a implementação do referido centro de instrução infantil, bem como enumerar algumas acções ou actividades lúdicas a levadas a cabo pelo centro. Os dados obtidos através do inquérito confirmaram a existência de um elevado número de crianças fora do subsistema de educação pré-escolar e, por conseguinte, as mesmas crianças são relegadas à sua sorte pelos pais, por não haver um espaço privilegiado em que elas possam aprender e recrear-se enquanto os pais trabalham.

Palavras-chave: Ensino pré-escolar; instrução infantil e inclusão social.

ABSTRACT

Child instruction centers are fundamental in combating educational exclusion and ensuring that all children have access to quality education from their early years. Investing in early childhood education is an effective strategy to reduce the number of children outside the education system, thus addressing inequality and ensuring social inclusion. This present study, a requirement to obtain a degree in History from the Caála Polytechnic Institute, describes the socio-historical reality of the Ecunha municipality, specifically the absence of an instruction center aimed at ensuring the inclusion of preschool-aged children who are currently outside the education system. Through data collected from surveys administered to 3 employees of the Municipal Education Directorate and 10 parents and guardians of preschool-aged students from various schools in the municipality, the aim is to characterize the state of education in the area and establish the empirical basis for the implementation of the aforementioned child instruction center, as well as to enumerate some leisure activities or initiatives to be carried out by the center. The data obtained from the survey confirmed the existence of a high number of children outside the preschool education subsystem, leading to these children being left to their own devices by their parents due to the lack of a suitable space for them to learn and play while their parents' work.

Key-words: Preschool education, child instruction, social inclusion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Descrição da Situação Problemática	12
1.2	Consequências.....	12
1.3	Objectivos.....	12
1.3.1	Geral	13
1.3.2	Específico	13
1.4	Contribuição do Trabalho.....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO - EMPÍRICA	14
2.1	Caracterização Sócio-histórica do Município da E Cunha.....	14
2.1.1	Localização Geográfica	14
2.2	Etimologia e primeiros habitantes	14
2.3	Perspectiva Evolutiva da Educação em Angola	14
2.4	A Educação no período Pós-Independência.....	16
2.5	Surgimento do Ensino oficial em Angola.....	16
2.6	O Processo de Ensino-Aprendizagem à luz das Leis 13/01; 17/16 e 32/20 do Subsistema de Educação e Ensino.....	17
2.7	Lei 13/01 de 31 de Dezembro	18
2.8	Subsistemas de Ensino	18
2.9	Lei 17/16 de 07 de Outubro	19
2.10	Lei 32/20 de 07 de Outubro	21
2.11	Subsistema de Educação Pré-escolar no contexto angolano	21
2.12	Perfil do Educador de Infância	22
2.13	Importância do centro de educação infantil no processo de ensino-aprendizagem.....	23
2.14	Desafios dos centros pré-escolares no contexto actual.....	25
2.15	Estrutura curricular de um centro de instrução infantil no contexto angolano.....	26
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
3.1	Caracterização da metodologia.....	27

3.2	Teóricos	27
3.3	População e amostra	28
3.4	Processamento de Dados	28
4	DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADO	29
4.1	Descrição dos dados obtidos por inquérito aplicado aos funcionários da Direcção Municipal	29
4.2	Descrição dos dados obtidos por inquérito aplicado aos Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Iniciação do Município da E Cunha	32
5	PROPOSTA DE SOLUÇÃO	36
6	CONCLUSÕES	39
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
	ANEXO-Questionário para a Direcção Municipal da Educação E Cunha	42
	ANEXO-2 Questionário para os Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Iniciação no Município da E Cunha	44

1 INTRODUÇÃO

Uma das consequências do capitalismo foi o êxodo rural em que muitas famílias abandonaram as suas casas nas áreas rurais, migraram para os centros urbanos a procura de empregos e melhores condições de vida. Nessas cidades, muitos pais são obrigados a trabalhar arduamente para garantir o bem-estar das famílias. Desse modo, passam largas horas fora das crianças, chegando mesmo a perder os momentos de intimidade com elas.

O problema torna-se mais evidente quando se trata de crianças com idades compreendidas entre os 2 – 4 anos, em que ainda não têm idade de frequentar o ensino primário. Daí a importância dos centros de instrução infantil para garantir a educação e o desenvolvimento das capacidades cognitivas das crianças dessas crianças, enquanto os pais vão aos seus trabalhos.

O estudo da problemática educacional no contexto angolano, especificamente no Município da Ecuinha, leva-nos a considerar não apenas a perspectiva histórica, em que se procura compreender a evolução do fenómeno educação ao longo dos tempos, mas analisando-o também numa perspectiva sociológica, descrevendo-se desse modo o impacto da educação formal no seio desta comunidade, pois, com o advento da escola oficial na era colonial, determinados hábitos, costumes e modo de vida dos povos daquela circunscrição foram-se modificando. Neste sentido, torna-se necessário fazer uma incursão histórica, desde o período pré-colonial; colonial e pós-colonial que caracteriza a educação nos dias de hoje, bem como reflectir sobre os problemas actuais do sistema educativo angolano no geral e, de forma específica, do subsistema de educação pré-escolar para finalmente sugerir e apresentar propostas de solução para a comunidade da vila municipal da Ecuinha, que é a criação de um centro de instrução infantil.

Segundo DUARTE, 2018:

Nem sempre o processo de ensino-aprendizagem é bem-sucedido, porque, existem muitos factores externos ou internos que interferem neste processo e contribuem para o insucesso escolar dos alunos. Muitos destes problemas estão ligados às condições pedagógicas ou materiais, entre as quais a insuficiência de salas, o que contribui para elevação do número de crianças fora do sistema de ensino (DUARTE, 2018:36).

Á luz do que o autor acima diz, compreender os factores sócio-históricos, as consequências da existência de crianças fora do sistema de ensino e, sobretudo, propor soluções torna-se necessário, uma vez que no contexto angolano à luz da Constituição da República e da Lei de Bases do Sistema de Educação, o ensino pré-escolar e o ensino primário são de carácter obrigatório para todas as crianças em idade escolar.

Nesta perspectiva, surgiu o presente trabalho que visa analisar a problemática actual do sistema de ensino pré-escolar e primário no município, bem como a criação de um centro de instrução infantil no município da Ecuinha, com vista a reduzir o número de crianças fora do sistema de ensino.

1.1 Descrição da Situação Problemática

Tendo em conta a realidade observada no município, caracterizada pela falta de um centro de instrução infantil, superlotação nas salas da iniciação e o número crescente de alunos fora do sistema de ensino, a escolha deste “tema” deveu-se às dificuldades prementes que muitas crianças que entram pela primeira vez no sistema de ensino enfrentam, pois não existe no município um centro para a educação infantil, o que tem deixado várias crianças (abaixo da idade escolar ou que ingressam à escola pela primeira vez) à sua sorte. Assim, a presente monografia constitui uma proposta de solução do problema identificado, de modo a incluir as crianças em idade pré-escolar no referido centro.

Neste sentido, apontam-se como possíveis causas as seguintes:

Falta de políticas/estratégias para reduzir o índice elevado de crianças fora do sistema de ensino;

Insuficiência de salas de aula para atender ao crescente número de alunos.

1.2 Consequências

Da realidade supramencionada, resultam as seguintes consequências:

Pouco aproveitamento pedagógico dos alunos que estudam em salas superlotadas;

Aumento de crianças pedintes nas ruas e expostas a trabalhos esforçados.

1.3 Objectivos

Para a presente pesquisa, definiram-se os seguintes objectivos:

Para a concretização deste propósito, nos alinhamos nos seguintes objectivos:

1.3.1 Geral

Propor a criação de um centro vocacionado à instrução infantil no município da E Cunha.

1.3.2 Específico

1. Fundamentar teoricamente a importância e o impacto de um centro infantil;
2. Identificar o local para a criação do centro infantil;
3. Avaliar o estado actual do sector da educação no Município do E Cunha;
4. Executar as acções da criação do centro;

1.4 Contribuição do Trabalho

Do ponto de vista prático, o trabalho prevê a apresentação de uma proposta de criação de um centro de educação infantil, o qual constitui uma resposta imediata do problema identificado. Desse modo, o trabalho contribuirá na redução do índices de crianças em idade pré-escolar fora do sistema de ensino ao nível do município.

Logo, entende – se que a pesquisa orientar-se-á sob o ponto de vista de uma pesquisa tipificada como comuna, com um carácter empreendedor, pois à medida em que ela vai buscar resolver um problema social da comunidade, pode despertar o interesse de financiamento por parte da classe empresarial do referido município.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO - EMPÍRICA

2.1 Caracterização Sócio-histórica do Município da E Cunha

2.1.1 Localização Geográfica

O município do E Cunha fica situado na parte Centro-Oeste da província do Huambo limita-se a Norte com o município do Londuimbali, a Leste com o município do Huambo, a Sul com os municípios da Caála e Longonjo e a Oeste com o município do Ukuma. A sua superfície é de 1.677 Km² e a sua população é estimada em 111.825 habitantes, com uma densidade populacional de 60.23 habitantes por km².

2.2 Etimologia e primeiros habitantes

Segundo a entrevista feita no dia 21 de Abril de 2023, ao diretor do gabinete municipal da cultura turismo e desportos daquele município, o senhor Alberto Sumbelelo, o nome do município E Cunha, etimologicamente, é proveniente da expressão “*ekunha*” que na língua umbundu significa caroço. Antes, a região servia de acomodação para os comerciantes que circulavam a área vindos do litoral para o interior e vice-versa. Um caçador oriundo do Bailundo a procura de animais para a caça descobre que as matas da região tinham caroços de frutos silvestre em abundância, o que indicava a existência de animais que consumiam aquelas frutas. Então ele decide se instalar na região e descobre que os animais consumiam tais frutas silvestre eram cabras-da-mata (antílope) chamadas, cuja designação em umbundu é “OMBAMBI”. A partir daquela data, o caçador se fixou na região e passou a desenvolver a sua actividade de caça, trazendo a sua família do Bailundo para a região recém descobertas.

Os populares ou clientes que compravam a carne ao caçador quando perguntavam entre si, como boa informação diziam ou respondiam compramos no “*ekunha mbambi*”. Aquando da chegada dos colonizadores europeus na região, quando os brancos perguntaram sobre a sua presença naquela região uma vez que ele era do Bailundo o caçador dizia que era atraído pelos caroços (“*akunha*”) consumidos para os animais daí os portugueses terem atribuído à região o nome de EKUNHA.

2.3 Perspectiva Evolutiva da Educação em Angola

A história da educação em Angola está intrinsecamente ligada à história do país, o que nos leva imprescindivelmente a descrever o actual território antes, durante e depois da época

colonial, procurando compreender o modo de vida dos primeiros habitantes deste espaço territorial.

Segundo BAGILDO (2014), «antes da ocupação colonial em Angola, já se praticava a educação, porém baseada num quadro informal. Grande parte desta educação era adquirida pelos membros mais velhos da família, através de crenças, hábitos e costumes que se transmitiam de geração em geração».

O exposto acima representa o papel preponderante das famílias na educação informal dos seus filhos, no período pré-colonial, visando a manutenção da cultura e identidade do povo. Na mesma linha de pensamento, VIEIRA (2017) diz que:

Durante vários anos da colonização portuguesa, o ensino esteve sob a responsabilidade das Missões religiosas, sendo o ensino laico muito reduzido e praticado por algumas instituições não oficiais. Essa realidade representa o carácter selectivo da educação na época colonial. Alguns poucos africanos tinham acesso a esse sistema educativo, pois apesar da existência do ensino oficial, a situação da maioria da população africana em nada se alterou, pois, um grande número continuava sem escolarização, uma vez que o decreto de 1845 de Joaquim Falcão, procurou dar satisfação às exigências das populações civilizadas beneficiando assim a maioria da população colonizadora. VIEIRA, (2007) citado por BAGILDO (2014, p 63).

Como se pode verificar, a partir da citação acima, durante a administração portuguesa, em Angola, o ensino estatal só se desenvolveu onde havia concentração de população colonial, isto é, nas principais cidades.

Nas zonas rurais o ensino era quase exclusivamente administrado pelas missões católicas e protestantes, que o faziam com o objectivo de criarem uma classe de pequenos quadros africanos, que pudessem defender os interesses das populações locais. Logo, foi nas missões, em que a maior parte dos angolanos se formou.

Na perspectiva de ZAU (2009), outra caracterização que se pode fazer da educação na época colonial é que ela não atendia os interesses dos colonizados, mas sim da classe colonizadora. Pois:

À medida em que a população colonial crescia e se espalhava pelo território, também o ensino cresceu, mas sempre mais ou menos reservado aos descendentes dessa colonização, embora não existisse qualquer impedimento legal para os angolanos o frequentarem. Os impedimentos reais eram a implantação geográfica das escolas, a exigência da assimilação para frequência e a discriminação de origem económica, pois era necessário ter um mínimo de posses para estudar, porque o ensino não era gratuito (ZAU, 2009, pp. 72-73).

Acrescido a tudo, isto está o facto de que as escolas implantadas pelos colonizadores pouco ou nada se preocupavam em ensinar sobre a realidade angolana ou africana, mas sim, ensinavam, sobre Portugal e a Europa. A título de exemplo, é de se afirmar que os manuais de leitura, o conteúdo da disciplina de História e de Geografia eram os mesmos utilizados na metrópole. Tudo o que se ensinava aos colonizadores era apenas para criar um sentimento de respeito à classe colonizadora (*ibidem*: 75).

A referida situação apenas ganhou outro rumo no decurso do século XIX, quando Portugal passou a ocupar efectivamente o território de angolano, alargando a acção missionária e, deste modo crescia também a rede de escolarização e começou, inclusive, a abranger a população africana urbanizada que se encontrava em Luanda e Benguela, bem como nas vilas que foram fundando passo a passo, (NGULUVE, 2007).

2.4 A Educação no período Pós-Independência

O surgimento da consciência nacionalista que se consubstanciou com o início da luta armada a 4 de Fevereiro de 1961 trouxe, para o regime colonial um sentimento de insegurança, dando a possibilidade do alargamento da rede escolar primária, tendo-se criado algumas escolas secundárias nas cidades e até mesmo uma universidade na actual capital do país (VIEIRA, 2007).

O acima exposto evidencia que, além da necessidade de se apresentar um panorama favorável ao regime colonial para consumo externo, este desenvolvimento do ensino também correspondia aos interesses económicos da época, pois havia necessidade de mão-de-obra cada vez mais qualificada para responder às exigências do mercado de trabalho; havia, igualmente, a necessidade de se criar uma pequena elite angolana que respondesse aos interesses coloniais; e, uma outra razão do surgimento do ensino massivo era a desejo de se formarem quadros superiores no seio dos descendentes da colonização e da elite angolana. (*Ibidem*: 45).

2.5 Surgimento do Ensino oficial em Angola

Como já se referenciou acima, vários estudos afirmam que, durante vários séculos da colonização portuguesa, o ensino estava sob a responsabilidade das Missões religiosas, e o ensino laico apenas era praticado por algumas instituições não oficiais (VIEIRA, 2007).

Segundo ZAU (2009), apesar da existência do ensino oficial na Província de Angola, a situação da maioria da população africana em nada se alterou, pois, um grande número

continuava sem escolarização, uma vez que o decreto de 1845 de José Joaquim Falcão procurou dar satisfação às exigências das populações civilizadas beneficiando assim a maioria da população colonizadora.

Alguns dados apontam que o ensino missionário não era apenas praticado apenas pelas Missões Católicas, pois com o passar do tempo instalaram-se também no território angolano, algumas Missões Protestantes que contribuíram para o ensino das primeiras letras às populações autóctones (indígenas).

Se por um lado o decreto de 1845 de José Joaquim Falcão, procurou dar satisfação às exigências das populações civilizadas, beneficiando assim a maioria da população colonizadora. Martins Santos (1970) citado por Laurindo Vieira (2007), refere que “este decreto também marca o prenúncio da abertura dos primeiros alicerces da escola pública no ultramar, muito especialmente, em Angola. Com a legislação o ensino oficial começou aos poucos a fazer parte da realidade angolana, mas se tivermos em conta a data de chegada dos portugueses à foz do rio Zaire (1482) e a preocupação destes com a questão do ensino (1845), passaram-se mais de três séculos para que se pensasse na implementação de um sistema de ensino público, o que não deixa de ser chocante para um colonialismo que apregoava ter civilizado os chamados “povos bárbaros”. (*Ibidem*: 45).

Apesar da existência de um ensino oficial em Angola, a situação da maioria da população africana em nada se alterou, pois, um grande número continuava sem escolarização, prevalecendo assim o índice elevado de analfabetismo.

2.6 O Processo de Ensino-Aprendizagem à luz das Leis 13/01; 17/16 e 32/20 do Subsistema de Educação e Ensino

Longos anos após a independência de Angola, alcançada a 11 de Novembro de 1975, houve a necessidade de nacionalizar e reestruturar o sistema educativo nacional para adequá-lo às exigências dos novos tempos. Para cumprir este objectivo, foram aprovados diversos documentos normativos entre os quais destacam-se as Leis de Base do Sistema de Educação e Ensino, designadamente, Lei 13/01 de 31 de Dezembro de 2001; a Lei 17/16 de 7 de Outubro de 2016 e, a mais recente, Lei 32/20 de 12 Agosto, sendo os principais documentos que permitiram o crescimento de todos os subsistemas de ensino e contribuíram para o desenvolvimento dos vários sectores da vida nacional.

2.7 Lei 13/01 de 31 de Dezembro

À luz desta lei, um dos objectivos da educação é preparar o indivíduo para as exigências da vida política, económica e social do País. A mesma educação desenvolve-se na convivência humana, no círculo familiar, nas relações de trabalho, nas instituições de ensino e de investigação científico - técnica, nos órgãos de comunicação social, nas organizações comunitárias, nas organizações filantrópicas e religiosas e através de manifestações culturais e gimno-desportivas (LEI 13/01).

Na citação acima, podemos depreender que o Estado permite a realização da educação informal, aquela praticada de forma assistemática no contexto familiar ou por outros parceiros sociais. O sistema de educação apresenta-se como o conjunto de estruturas e modalidades, através das quais se realiza a educação, tendentes à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social. A educação deve ser feita em Língua Portuguesa, todavia o Estado assegura a expansão, ensino das línguas nacionais.

Tratando-se de escolas consulares, pertencentes a Estados estrangeiros, ministram as aulas nas línguas dos respectivos países, sem prejuízo ao ensino da Língua Portuguesa, Literatura Angolana, História e Geografia de Angola.

No mesmo documento, definem-se os subsistemas e níveis de ensino, sendo seis subsistemas e três níveis, como abaixo se descreve:

2.8 Subsistemas de Ensino

- a) subsistema de educação pré-escolar;
- b) subsistema de ensino geral;
- c) subsistema de ensino técnico-profissional;
- d) subsistema de formação de professores;
- e) subsistema de educação de adultos;
- f) subsistema de ensino superior.

O sistema de educação estrutura-se em três níveis:

Níveis

- a) Primário;
- b) Secundário;
- c) Superior.

Em síntese, a Lei 13/01 foi um dos primeiros documentos norteadores do sistema de educação e ensino nos pós independência. Neste documento, a educação é apresentada como um direito de todos e para todos, define-se o ensino primário como sendo obrigatório para todos os indivíduos que frequentem o subsistema do ensino geral.

Entre os vários objectivos, segundo esta mesma lei (13/01), a educação visa:

Desenvolver harmoniosamente as capacidades físicas, intelectuais, morais, cívicas, estéticas e laborais da jovem geração, de maneira contínua e sistemática e elevar o seu nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do País;

Formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica e construtiva para a sua participação activa na vida social, à luz dos princípios democráticos;

Promover o desenvolvimento da consciência pessoal e social dos indivíduos em geral e da jovem geração em particular, o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, pela tolerância e cultura de paz, a unidade nacional, a preservação do ambiente e a consequente melhoria da qualidade de vida;

Fomentar o respeito devido aos outros indivíduos e aos superiores interesses da nação angolana na promoção do direito e respeito à vida, à liberdade e à integridade pessoal;

Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em atitude de respeito pela diferença de outrem, permitindo uma saudável integração no mundo.

2.9 Lei 17/16 de 07 de Outubro

Considerando que as mudanças profundas no sistema sócio-económico, sugeriram uma readaptação do sistema educativo, com vista a responder as novas exigências da formação de recursos humanos, necessários ao progresso sócio- económico da sociedade angolana;

Foi aprovada a 7 de Outubro de 2016 a nova Lei, visando a melhoria na organização e funcionalidade do Sistema de Educação e Ensino em Angola;

Em relação à Lei anterior, as alterações consistiram nos princípios gerais de *Gratuidade, Universalidade e Obrigatoriedade*, bem como na Estrutura do sistema de educação e ensino em que a nova lei contempla quatro níveis de ensino, considerando o ensino Pré-escolar como um nível autónomo, independente do ensino primário¹.

Na nova lei, 17/16, vê-se uma maior inclusão, permitindo a participação de mais crianças para atender ao crescimento exponencial da população, pois a gratuidade e obrigatoriedade do ensino são estendidas até ao I ciclo do Ensino Secundário, o que não acontecia na lei anterior, tal como se pode ler na citação seguinte:

A gratuidade do ensino traduz-se na isenção do pagamento de quaisquer emolumentos de inscrição, assistência às aulas, material escolar e apoio social, dentre o qual a merenda escolar para todos os indivíduos que frequentam o ensino primário nas instituições públicas de ensino.

O Estado deve garantir e promover as condições necessárias para manter a gratuita a frequência da classe da iniciação e do I ciclo do Ensino Secundário, bem como o transporte saúde e merenda escolares, nas instituições públicas de ensino.

O pagamento da inscrição, assistência às aulas, material escolar e de outros encargos no II ciclo do Ensino Secundário e Superior, constituem responsabilidades dos pais e encarregados de educação, ou dos próprios alunos, em caso de maioria» (Lei 17/16, Lei do Sistema de Educação e Ensino).

À luz desta lei, ao Estado cabe o papel fiscalizador, incumbindo-lhe as responsabilidades de desenvolvimento, regulação, coordenação supervisão, fiscalização e avaliação do sistema de educação e ensino.

Como já se disse, outro aspecto relevante na nova lei é a dissociação do ensino pré-escolar no nível primário. O nível pré-escolar compreende a Creche e o Jardim de Infância, podendo a iniciação ser leccionada nas Escolas do Ensino Primário. Desse modo, na nova lei mantêm-se os mesmos subsistemas de ensino, alterando-se apenas os níveis de ensino, estando assim configurados:

1. Educação Pré-escolar;
2. Ensino Primário;
3. Ensino Secundário;

¹ Cf. *Lei 17/16 de 7 de Outubro. Lei do Sistema de Educação e Ensino – Luanda. 2016.*

4. Ensino Superior.

2.10 Lei 32/20 de 07 de Outubro

A 12 de Agosto de 2020, assistiu-se à aprovação da nova Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino que altera e revoga a Lei 17/16 de 7 de Outubro.

A presente lei tem com o objectivo melhorar e clarificar a tipologia e a designação das instituições de cada subsistema de educação e ensino, reafirmar o papel nuclear do professor e o reforço do rigor e experiência para o acesso à classe, bem como a natureza terminal do Ensino Secundário e a natureza binária do Subsistema do Ensino Superior que inclui o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico, extinguir a monodocência na 5ª e 6ª classe e os cursos de bacharelato e, finalmente, considerar a perspectiva de estratégia de 2025 para 2050.

No essencial, manteve-se a lei anterior. As alterações principais recaem para a extinção da monodocência na 5ª e 6ª classe do ensino primário e a extinção do grau de bacharelato no subsistema do ensino superior Ensino Superior.

2.11 Subsistema de Educação Pré-escolar no contexto angolano

O sistema educativo angolano considera o subsistema de Educação Pré-escolar a partir dos três meses de idade e até aos seis anos, incluindo a Iniciação, mas, na perspectiva actual, existem muitos contextos que defendem a utilização do termo Educação de Infância. Por conseguinte, ao se ter em conta a realidade angolana, considera-se importante repensar na necessidade de harmonizar a Educação Pré-escolar e oferecer-lhe o valor e o espaço específico que merece para não continuar com a ideia segundo a qual é um lugar onde ficam as crianças para que os pais possam trabalhar (FILHO & ROA, 2022).

Segundo a Lei de Base 32/20, a educação pré-escolar é a base da educação que cuida da primeira infância, numa fase da vida em que se deve realizar as acções de condicionamentos e desenvolvimento psico-motor. As instituições de educação pré-escolar designam-se Centros Infantis ou Comunitários. A mesma educação pré-escolar estrutura-se de duas etapas:

Creche: dos 3 meses aos 3 anos de idade;

Os jardins de Infância, Centros infantis, comunitários/Centro de educação Comunitária: dos 3 aos 5 anos de idade. No ano da matrícula, compreende à classe da iniciação.

A classe da iniciação pode ser ministrada igualmente em escolas do ensino primário às crianças com 5 a 6 anos de idade, completados no ano de matrícula.

Assim, à luz dessa mesma lei, artigo 22º, os objectivos do subsistema da educação pré-escolar são os seguintes:

Estimular o desenvolvimento intelectual, físico, moral, estético e afectivo da criança garantindo-lhe um ambiente sadio de forma a facilitar a sua entrada no Subsistema do Ensino Geral;

Permitir uma melhor integração e participação da criança através da observação e compreensão do meio natural que a rodeia;

Desenvolver as capacidades de expressão de comunicação, de imaginação criadora e estimular a curiosidade e a atividade lúdica da criança.

2.12 Perfil do Educador de Infância

Como em qualquer subsistema de educação e ensino, aos agentes de educação infantil também são exigidas algumas qualidades para permitir o desenvolvimento integral das crianças sob sua responsabilidade.

Na perspectiva de MARTINS, (2009) citado por BORGES (2018)

O educador de infância é o sujeito responsável pelo desenvolvimento das crianças sob os seus cuidados e pelo estabelecimento de uma relação com os pais/encarregados de educação, de forma a possibilitar a obtenção de uma acção educativa integrada, cabendo-lhe também a troca de opiniões com os encarregados de educação e a comunicação de todos os aspetos do desenvolvimento dos seus filhos (BORGES, 2018, p. 25).

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (Porto Editora, 2008: 590), educador de infância é o “profissional que orienta e é responsável por crianças do ensino pré-escolar, cabendo-lhe a competência de organizar e aplicar os meios educativos adequados ao desenvolvimento integral da criança.

À luz do que se disse acima, a sociedade atribui aos educadores de infância a responsabilidade de transmitir os saberes científicos, bem como ensinar-lhes as regras e a boa conduta social. Estes profissionais têm sob sua responsabilidade um grupo de crianças com idades compreendidas entre os 4 meses e os 6 anos, tendo a função de estruturar e empregar os recursos educativos apropriados ao desenvolvimento global e equilibrado (afectivo, moral,

psicomotor, social, entre outros) das mesmas, com especial atenção às suas necessidades educativas e ao contexto familiar e social em que se inserem (FONSECA, 2011).

Na mesma linha de pensamento, CASTRO (2010), apresenta algumas qualidades dos educadores de infância, tal como se descreve:

Entre as principais qualidades de que necessita um educador de infância encontram-se: a de conhecer-se enquanto pessoa e a de conhecer as habilidades e aptidões de outras pessoas, ter iniciativa, persistência, espírito criativo, senso de planificação, criticidade, autodomínio, liderança, firmeza, segurança, análise e interpretação, assim como cuidado e consideração diante de todas as situações e pessoas (CASTRO, 2010, p. 39).

Logo, como profissional, deve o educador dominar os fundamentos da sua profissão, os propósitos e suas obrigações, bem como ser emocionalmente equilibrado, seguro e calmo, para poder transmitir tranquilidade e segurança à criança. No mesmo sentido, devem ainda ter competência para observar, improvisar e reflectir com rapidez, de forma a captar as necessidades das crianças preservando-as dos diversos riscos, de cariz físico, social ou mental a que possam estar expostas (ALAVA & PALÁCIOS, 2013).

Conforme descrito acima, existem muitas responsabilidades atribuídas aos educadores de infância, olhando para a nobre tarefa que têm de orientar e estimular a criatividade das crianças, no centro de instrução infantil. Para PINTO (2010), “cabe ainda ao educador, proporcionar à criança actividades de expressão livre tais como: identificar e reconhecer cores, texturas, tamanhos, bem como a expressar-se através de canções, danças, jogos e dramatização”. Para este mesmo autor, o educador, no exercício das suas funções pedagógicas, deve ainda

Contribuir para a aquisição, pela criança, de noções de orientação e de representação espacial, temporal e de quantidade, proporcionar o conhecimento do mundo através da observação dos fenómenos naturais, ensiná-la a respeitar o ambiente e a desenvolver valores ecológicos e de cidadania e, a favorecer a integração da criança no seu contexto cultural, promovendo o interesse pelas tradições culturais da comunidade e o respeito pela sua identidade cultural e da dos outros (PINTO, 2010, p. 19).

Em suma, de acordo com os autores citados, o educador de infância estabelece uma ligação muito próxima entre a criança e o meio que o rodeia, permitindo que desenvolva uma larga compreensão sobre o meio ambiente, tradições, hábitos e costumes da sua localidade.

2.13 Importância do centro de educação infantil no processo de ensino-aprendizagem

Uma das consequências do capitalismo foi o êxodo rural em que muitas famílias abandonaram as suas casas nas áreas rurais, migraram para os centros urbanos a procura de empregos e melhores condições de vida. Nessas cidades, muitos pais são obrigados a trabalhar arduamente para garantir o bem-estar das famílias. Desse modo, passam largas horas fora das crianças, chegando mesmo a perder os momentos de intimidade com as crianças.

O problema torna-se mais evidente quando se crianças com idades compreendidas entre os 2 – 4 anos, em que ainda não têm idade de frequentar o ensino primário. Daí a importância dos centros de instrução infantil para garantir a educação e o desenvolvimento das capacidades cognitivas das crianças.

De acordo com FRANCO e POLON (2012), os Centros de Educação Infantil possuem um papel muito importante nas sociedades actuais, pois têm a função de cuidar e educar as crianças, enquanto os pais trabalham [...]. Por mais organizado que seja o processo educativo/pedagógico, esses centros não substituem o papel da família, pois esta é fundamental na educação informal da criança, constituindo-se assim na primeira instituição socializadora.

No contexto angolano, segundo a lei 32/20 de 7 de outubro, «a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança [...], em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a acção da família e da comunidade».

No parágrafo anterior expressa-se a unidade entre o papel da família e a escola (centro infantil), pois a segunda é continuadora das acções educativas iniciadas pela família no que concerne à educação dos filhos.

Uma das funções do centro de instrução infantil é desenvolver actividades lúdicas que visam o desenvolvimento das capacidades cognitivas das crianças através de brincadeiras educativas, conforme diz BRASIL (2008):

Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras, e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal [...]. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais estéticas, e éticas, na perspectiva de contribuir para formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 2008, p. 23).

Neste sentido, num centro de instrução infantil a criança desenvolve diversos mecanismo de socialização, através da interacção com outras crianças por meio de brincadeiras

que são extremamente importantes para a sua capacidade de criativa e imaginária, sensório-motora e o desenvolvimento simbólico e cognitivo. “Nas brincadeiras, as crianças transformam os acontecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brincam”. (*ibidem*: 25).

O centro de instrução infantil privilegia a realização de atividades lúdicas, permitindo que a criança aprenda através de brincadeiras e outros jogos didáticos.

2.14 Desafios dos centros pré-escolares no contexto actual

Os novos tempos exigem transformações nas formas de pensar e agir. Essa perspectiva evolutiva deve, igualmente, ser seguida pelo sistema educativo, de modo a garantir que os cidadãos ora formados possam responder às exigências e aos desafios dos tempos actuais.

Neste sentido, o subsistema de Educação Pré-escolar não fica afastado dessa dinâmica, devendo-se compreender que é o subsistema que apresenta características diferentes dos outros níveis, com orientações curriculares que privilegiam a educação em relação ao ensino, tendo em conta as rotinas e especificidades das crianças que, além de não existir uma avaliação meramente quantitativa, existe uma avaliação qualitativa que promove a aprendizagem activa e desenvolvida (FRANCO & POLON, 2012, p. 13).

De acordo com a citação acima, parte dos desafios do centro de instrução infantil, prende-se com a necessidade de educadores mais qualificados capazes de lidar com as exigências actuais, criando espaços adequados, actividades diversificadas, tempos adaptados ao ritmo das crianças e estilo de aprendizagem das crianças e proporcionar meios de ensino estimulantes para que as crianças sejam capazes de trabalhar em grupos, e de desenvolver-se integralmente partindo do respeito mútuo. (*Ibidem*, p. 23).

Nesta vertente, sendo nas instituições infantis onde a criança entra em contacto com o mundo que rodeia, é fundamental que o educador seja criativo e mediador do processo educativo, na medida em que promova actividades cognitivas significativas, onde as crianças possam desenvolver questões, experimentar, criar, brincar, etc., para que elas desenvolvam o raciocínio lógico e compreensão das situações mais complexas, pois serão estes conhecimentos a base de toda a aprendizagem ao longo dos anos de escolaridade.

Entretanto, nos dias de hoje, os desafios que precisam ser ultrapassados para que o ensino pré-escolar seja concebido, de facto, como a primeira etapa do sistema educativo, consiste em compreendê-lo e transformá-lo, tendo em conta as mudanças sociais que estão a

ocorrer na contemporaneidade, resultado dos rápidos avanços da ciência e a tecnologia. Infelizmente apesar das inúmeras conquistas ao longo do tempo, ainda não consegue o reconhecimento de sua real importância, nem recebe os investimentos necessários para a efectiva realização de um trabalho de qualidade, tendo em conta as diferentes modalidades legisladas, a partir da diversidade dos contextos em que ela é aplicada.

2.15 Estrutura curricular de um centro de instrução infantil no contexto angolano

Segundo o Plano Curricular do Ensino Pré-escolar (2019) em Angola, o subsistema contempla áreas com conteúdo que promovem a igualdade de oportunidades, a inclusão social, económica, política e cultural das crianças. Por sua vez, garantir que as crianças encontrem espaços para construir as suas aprendizagens de modo a favorecer a sua formação e desenvolvimento equilibrado, forma as seguintes áreas curriculares:

Comunicação linguística e literatura infantil; Representação Matemática; Meio Físico e Social; Expressão Motora/Psicomotricidade; Expressão Manual e Plástica; Expressão Musical.

À luz da lei 32/20, os conteúdos previstos nessas áreas curriculares manifestam-se de forma integrada, sendo complementares uns com os outros através da articulação horizontal. Esses conteúdos caracterizam-se por ocuparem os tempos do processo educativo em espaços onde a criança possa aprender a interagir e a construir relacionamentos, a desenvolver atitudes positivas, conviver, a conhecer seus sentimentos, negociar pontos de vista, brincar e, com isso, criar, inventar, aprender a aprender.

Assim, é importante que os educadores saibam adaptar o currículo, tendo em conta o diagnóstico inicial do grupo de crianças com as quais trabalham de modo a reestruturá-lo em função de suas necessidades, sendo flexíveis e abertos às suas sugestões, e não como uma imposição rígida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à metodologia, LAKATOS, (2007) entende o método como “conjunto das actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo- conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e alçando as decisões do cientista”.

Método é a via ou o caminho para alcançar determinado objectivo (LIBÂNEO, 2006: 150).

3.1 Caracterização da metodologia

Quanto aos objectivos – a pesquisa é exploratória e descritiva. Pois ela irá não somente explorar uma área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, mas pela sua natureza de sondagem, através de um levantamento bibliográfico e inquérito que será direccionado aos funcionários da Direcção Municipal da Educação da E Cunha poderá registar e descrever os factos observados, dando a saber o estado actual da educação pré-escolar no referido município para se elaborarem as conclusões e recomendações.

Para GIL (2010), “a pesquisa descritiva é aquela que tem por finalidade descrever as características de determinada população ou fenómeno observado”.

Para BERNAL (2010), os métodos teóricos e empíricos são métodos científicos utilizados na elaboração do conhecimento para a descrição ou explicação das regularidades de um fenómeno. Eles baseiam-se na experiência oriunda da realidade objectiva.

Assim sendo, e tendo em conta a natureza e os objectivos da investigação foram seleccionados os seguintes métodos:

3.2 Métodos Empíricos

Inquérito: É uma técnica de aquisição de informação, mediante um questionário de perguntas abertas e fechadas que são apresentadas a um sujeito em função do tema que se estuda. Para este estudo, essencialmente descritivo, utilizou-se o inquérito para inquirir as autoridades municipais da educação em relação à inexistência de um centro de instrução infantil.

Entrevista: esta consistiu numa conversa guiada por um roteiro de perguntas previamente seleccionadas pelo entrevistador (CARVALHO, 2009: 86). Assim, para este estudo,

realizou-se uma entrevista no dia 21 de Abril de 2023, ao director do Gabinete Municipal da Cultura Turismo e Desportos do município da Ecnha.

O método estatístico: auxiliou a pesquisa no momento do levantamento, análise, interpretação e síntese dos dados obtidos por meio do inquérito por questionário que será realizado.

3.3. Métodos teóricos

Histórico lógico: Permitiu a compreensão e o estudo sistemático do processo de evolução de conceitos de leitura e escrita, a sua aplicação e contextualização.

Análise documental: permitiu efectuar a censura da bibliografia consultada para poder seleccionar o essencial que responde directamente o objecto da investigação.

Análise e síntese: a análise é a decomposição de um todo nas suas partes, para estas serem estudadas mais facilmente. Já a síntese consiste na reconstrução do todo decomposto pela análise (MARCONI & LAKATOS, 2003: 158). Portanto, a análise e a síntese foram úteis para analisar os dados recolhidos por meio de inquéritos, entrevista e observação directa.

Indução e Dedução: Segundo MARCONI e LAKATOS (2003: 86), a indução “é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares suficientemente constatados, infere-se uma verdade universal não contida nas partes examinadas”. Esses métodos foram utilizados durante a análise dos resultados obtidos por meio dos inquéritos e entrevista, permitindo a generalização ou particularização dos dados fornecidos

Método descritivo: proporcionou informações sumarizadas dos dados contidos em torno de elementos da(s) amostra(s) estudada(s).

3.4. População e amostra

A população pode ser entendida como um conjunto de pessoas, animais ou empresas, com características iguais a que se pretende estudar. Já a amostra é uma parte representativa da população (GIL, 2008).

Para este caso, a população foram os funcionários da Direcção Municipal da Educação da Ecnha, constituída por 3 funcionários seleccionados, tendo em conta a o cargo ou função que desempenham na referida instituição, 10 pais e encarregados de educação que possuem crianças matriculadas ou fora do sistema pré-escolar.

3.5. Processamento de Dados

Os dados obtidos foram representados graficamente e por tabelas, através das ferramentas do Microsoft Word e Exce

4. DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADO

Nesta secção, são apresentados e discutidos os resultados obtidos por meio dos inquéritos aplicados a 3 funcionários da Direcção Municipal da Educação (Chefe de secretaria, Técnico Estatístico e Chefe de Secção dos Recursos Humanos) e aos 10 pais e Encarregados de Educação.

4.4. Descrição dos dados obtidos por inquérito aplicado aos funcionários da Direcção Municipal

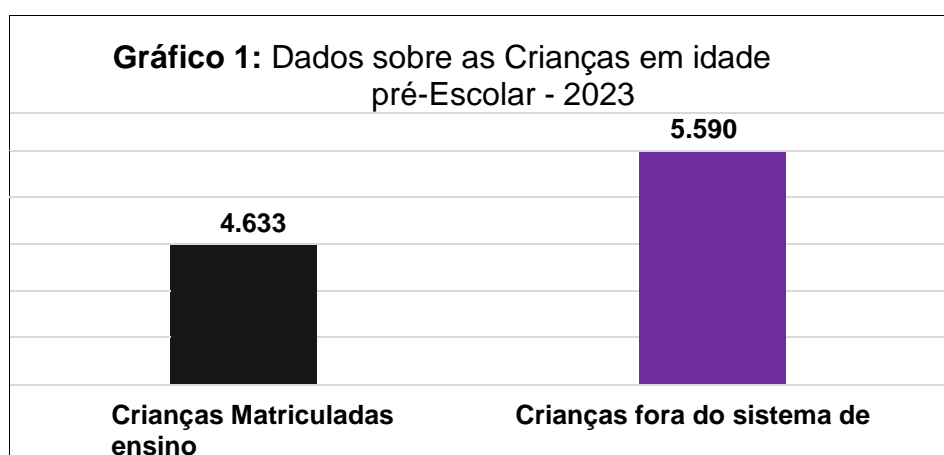
Na primeira questão, de identificação geral, procurou-se saber do tempo de serviço e sobre a função ou cargo que cada inquirido ocupa.

Ficou-se a saber, que a Direcção é liderada por uma equipa jovem, pois o tempo de serviço varia entre 3 a 7 anos.

Quanto ao Ensino Pré-Escolar naquela circunscrição, inquiriu-se sobre o número de crianças em idade pré-escolar que foram matriculadas no presente ano lectivo, bem como o número total de crianças em idade escolar que se encontram fora do sistema de ensino.

Compreendeu-se que existem 4.633 (quatro mil, seiscentas e trinta e três) crianças em idade escolar matriculadas e cerca de 5.590 crianças em idade pré-escolar que se encontram fora do sistema de educação e ensino.

Gráfico 1 Crianças em idade pré-Escolar- 2023



Fonte: (Dados obtidos por inquérito)

No gráfico acima, vê-se que o número de crianças em idade pré-escolar fora do sistema de ensino supera os alunos matriculados no presente ano lectivo. Essa realidade apela para a necessidade de um esforço conjugado na busca de soluções, de modo a garantir a inserção destes

alunos. Neste sentido, a criação do Centro de Instrução Infantil para acolher essas crianças acaba sendo uma das opções a considerar, olhando para o número de crianças que não têm acesso à escola.

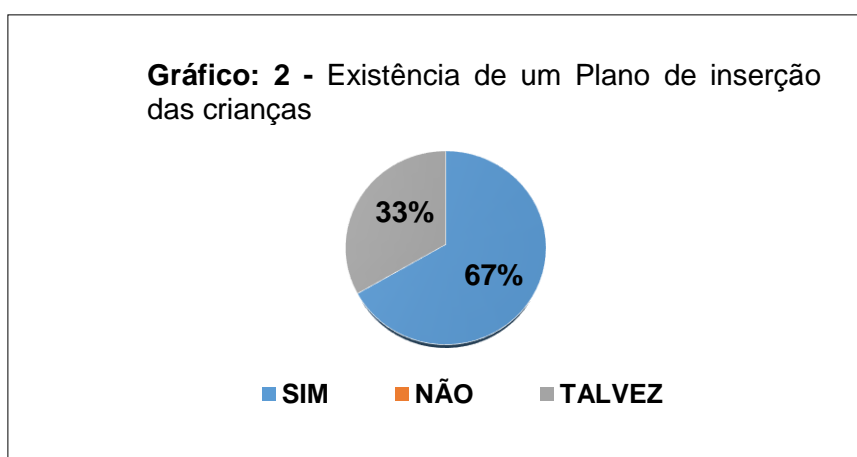
Em seguida, questionou-se sobre a existência de algum plano a curto, médio prazo para a inserção destes alunos no sistema de ensino.

Pedi-se que assinalassem uma das opções abaixo:

SIM () b) NÃO () c) TALVEZ ()

Dos dados obtidos, 2 inquiridos 67% afirmou que sim, existe um plano para a inserção destas crianças, enquanto 1 (33%), assinalou a alínea c), revelando um certo desconhecimento em relação a este plano.

Grafico 2 Existência de um plano de inserção das crianças



Fonte: (Dados obtidos por inquérito)

Como nos indica o gráfico acima, existe um plano de integração escolar dessas crianças, o que revela uma certa preocupação das autoridades locais em relação ao elevado de alunos fora do sistema de educação e ensino.

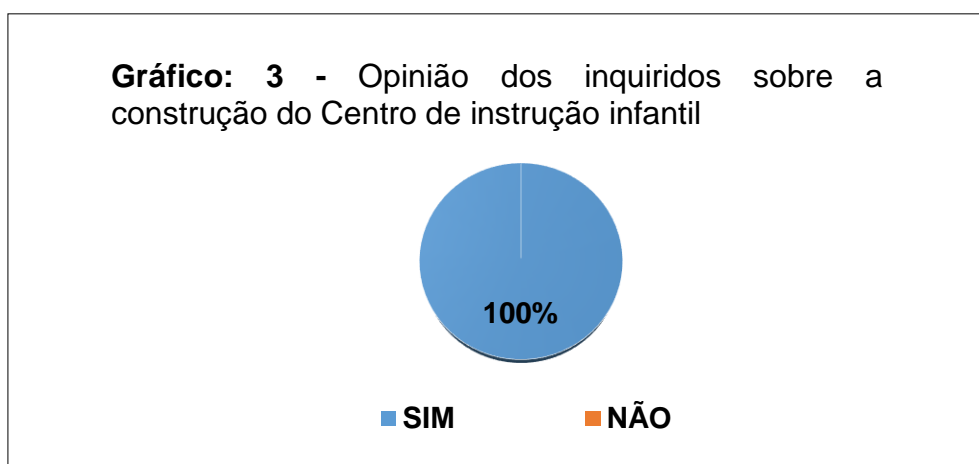
Não havendo nenhum centro de instrução infantil no município, as crianças menores de 5 anos têm sido estimuladas com alguns programas ocasionais protagonizados pelos parceiros sociais do Estado e outras ficam mesmo em casa. Neste sentido, os inquiridos também afirmaram que tem havido alguma iniciativa pública e privada para a criação de um centro de instrução ou jardim de infância.

Na questão seguinte (2.4), colheu-se a opinião dos inquiridos em relação à criação do centro, se isto ajudaria a minimizar o problema identificado.

Questionou-se da seguinte forma: *Considera que a criação de um Centro de instrução infantil no município contribuiria para a redução do número de crianças até aos 5 anos fora do sistema de ensino?*

Dada a realidade observada, em relação a esta pergunta, todos os inquiridos afirmam que a implementação de um centro ajudaria a reduzir o problema que a comunidade vive, ligado ao excesso de alunos fora do sistema de ensino.

Grafico 3 Existência de um plano de inserção das crianças



Fonte: (Dados obtidos por inquérito)

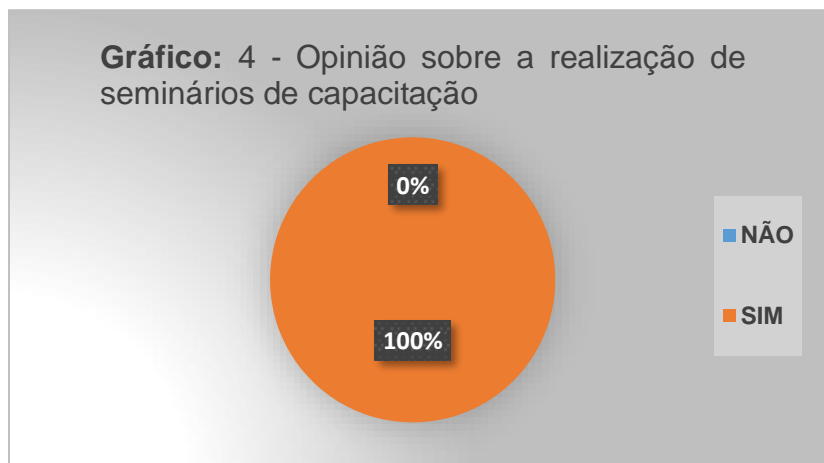
Neste sentido, sendo que todas as opiniões são favoráveis, abrem-se oportunidades para que a proposta da criação do centro seja aceite pelas autoridades locais e merecer a devida atenção aquando da sua implementação.

Noutra questão, em relação ao processo de ensino-aprendizagem, questionou-se se ao leccionarem, os professores da iniciação levam em consideração as actividades lúdicas como: canções, danças, jogos e dramatização.

Todos os inquiridos responderam SIM, afirmando que os professores têm incluído nas suas actividades lectivas diárias os jogos lúdicos. Como se sabe, no ensino pré-escolar as actividades lúdicas são fundamentais para desenvolver a imaginação e a capacidade de análise e síntese de informações. Sendo que as actividades e os jogos didácticos já são de uso frequente na iniciação, por parte dos professores, também serão implementadas pelo centro de instrução infantil, para favorecer a aprendizagem dos das crianças em idade pré-escolar.

Ao concluir o questionário, perguntou-se se a Direcção Municipal tem realizado seminários de capacitação para os professores que leccionam a iniciação nas escolas primárias. Ficamos a saber que sim, os professores têm sido capacitados.

Grafico 4 Opinião sobre a realização de seminários de capacitação



Fonte: (Dados obtidos por inquérito)

A formação contínua para os docentes permite que os mesmos aprimorem cada vez mais o conhecimento sobre os métodos a empregar em função da realidade da turma, do diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Neste sentido, é fundamental que a direcção municipal da educação continue com plano formativo no sentido de melhorar cada vez mais a actuação docente.

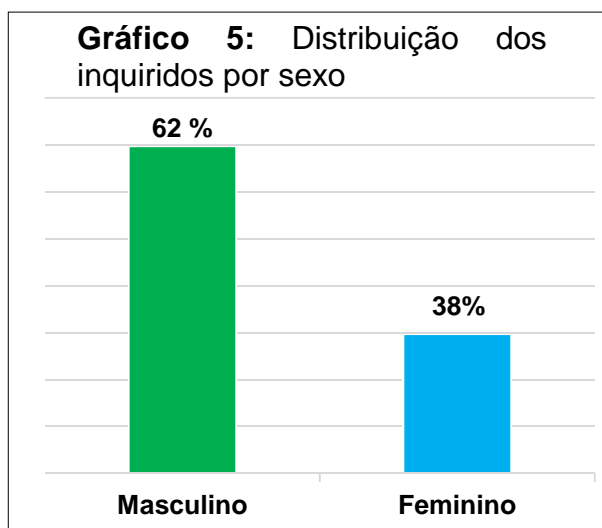
4.5.Descrição dos dados obtidos por inquérito aplicado aos Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Iniciação do Município da Ecunha

Reconhecendo a importância da participação dos pais e encarregados de educação no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, procurou-se ouvir a opinião dos pais e encarregados a respeito das crianças menores de 5 anos que são o grupo-alvo para o centro de instrução infantil a ser criado.

Ao todo, foram inquiridos 10 pais e encarregados de educação, maioritariamente camponeses, com idades que variam entre os 27 a 45 anos.

Ainda sobre a identificação dos inquiridos, foi possível saber que: 7 (62%) encarregados são do sexo masculino, 3 (38%) do sexo feminino, conforme se pode ver no gráfico seguinte:

Gráfico 5 Distribuição dos inquiridos por sexo



Fonte: (Dados obtidos por inquérito)

Na primeira pergunta, questionou-se aos pai e encarregado de educação, não havendo um centro de instrução infantil, como têm acolhido as crianças menores de 5 anos de idade. Pediu-se que assinalassem uma das opções abaixo:

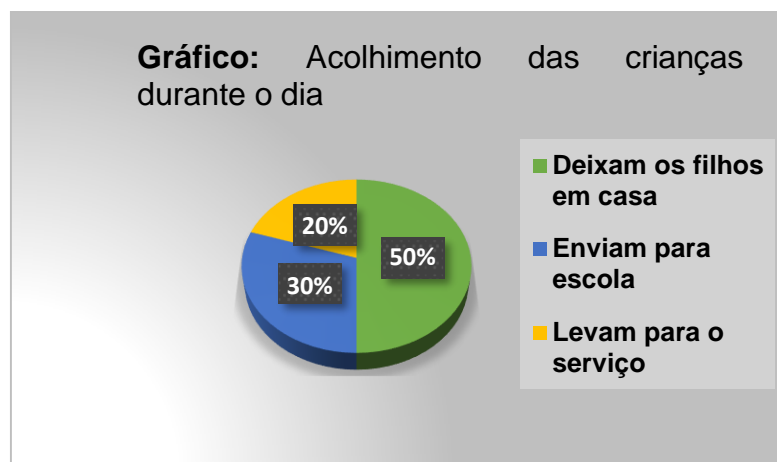
Ficam em casa sob cuidados de um adulto ____

São enviadas à escola na companhia de um irmão ____

São levadas ao serviço pelos pais ____

Os dados revelaram que 5 pais e encarregados deixam os filhos em casa sob cuidados de um adulto; 3 pais enviam os seus filhos à escola na companhia de um irmão e 2 encarregados afirmaram que têm levado os seus filhos consigo nas suas actividades diárias, porque não têm com as deixar.

Grafico 6 *Acolhimento das crianças durante o dia*

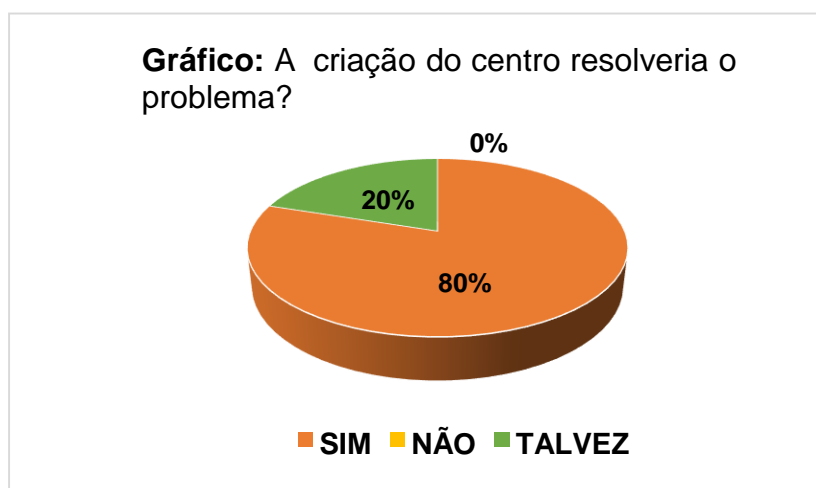


Fonte: (Dados obtidos por inquérito)

Dada a situação problemática descrita no gráfico anterior, procuramos saber dos pais e encarregados se a criação do centro de instrução ajudaria a resolver o problema da falta de um espaço para acolher as crianças.

Maior parte dos inquiridos, isto é 8, assinalaram “Sim”, enquanto dois encarregados responderam “Talvez”, revelando algumas incertezas em relação à solução do problema que pode advir do centro.

Grafico 7 *A criação do centro resolveria o problema?*



Fonte: (Dados obtidos por inquérito)

Finalmente, pediu-se a opinião dos pais e encarregados sobre as actividades lúdicas ou jogos didácticos que sugerem que sejam realizadas pelo futuro centro instrução infantil.

Maior parte dos inquiridos apontou a Música, o teatro, a dança, os jogos didáticos, as artes plásticas e desporto como as actividades que o centro poderá incorporar no seu currículo, de modo a estimular a participação activa das crianças em idade pré-escolar.

5. PROPOSTA DE SOLUÇÃO

Compreendida a importância dos centros infantis ou jardins de infância, na socialização e no desenvolvimento cognitivo a primeira infância, a seguir apresenta-se a proposta de criação de um centro de educação infantil para minimizar o problema identificado, que é o elevado número de alunos em idade pré-escolar fora do sistema de educação e ensino no município da E Cunha.

Designação: Centro de Instrução Infantil do Município da E Cunha

Objectivo da Proposta: Reduzir o elevado número de alunos em idade pré-escolar fora do sistema de educação e ensino no município da E Cunha.

Destinatários: Crianças menores de 5 anos de idade, que estão fora do sistema de educação e ensino.

Localização do centro: o nosso centro estará localizado na sede do Município de E Cunha.

Número de funcionários: Ao todo serão 8 (oito) funcionários, sendo 1 coordenador do centro, 2 educadores de infância; 1 responsável pelas actividades extra-curriculares; 2 auxiliares de limpeza e 2 zeladores (seguranças).

Número de salas: 5 salas, sendo duas para aulas; uma para actividades extra; um refeitório; gabinete do coordenador e Wc.

Mensalidades: 10.000.00 (dez mil kwanzas).

Missão: O centro de instrução infantil a ser criado enquadra-se no processo de inclusão de crianças em idade pré-escolar e outras crianças em idade escolar, mas que se encontram fora do sistema de ensino.

Visão: Prevê-se que até 2025, o centro possa acolher perto de 250 a 300 crianças e desse modo contribuir para a redução dos índices de crianças fora do sistema de ensino no município da E Cunha.

Parcerias: para a construção e funcionamento do centro, contaremos com a parceria da Direcção Municipal da Educação, da Administração Municipal da E Cunha, do Banco BIC, do ISP-CAALA e de outras instituições viradas ao ensino e financiamento.

ACTIVIDADES A DESENVOLVER

I – NARRAÇÃO DE CONTOS

O conto é um género textual que se enquadra no modo narrativo, tem como principais características: número reduzido de personagens, é breve e uma única linha dramática (enredo).

Ele tem sempre um fim didáctico (lição moral). Por isso é uma excelente ferramenta para o desenvolvimento o gosto pela leitura e capacidade cognitiva dos alunos em idade pré-escolar.

Procedimentos

1. O professor expõe para a turma o objectivo da actividade;
2. Apresenta o texto ou conto a ser lido ou narrado (pelo professor);
3. A turma, por sua vez, prestará atenção e responderá oralmente a todas as questões que forem colocadas pelo professor, mostrando o nível de compreensão oral do texto lido ou história contada.

A história lida ou contada deve sempre relacionar-se com os temas do dia-a-dia dos alunos;

Finalmente, o professor deve sempre orientar as crianças a explorarem o lado didáctico do conto - a moral da estória - ou provérbio criticando determinadas condutas que não contribuam para a vida em comunidade.

RECITAÇÃO DE POEMAS E DRAMATIZAÇÃO

O gosto pela leitura pode ser desenvolvido, mediante a recitação de poemas, que é uma actividade que consiste em ler e recitar textos poéticos desde tenra idade. Os textos poéticos pela sua beleza estética, linguagem artística e ritmo despertam a sensibilidade das crianças, ajudando no enriquecimento do seu vocabulário e fluidez no processo de leitura.

Procedimentos

1. Inicialmente, o professor apresenta a importância de ler os textos líricos em particular, o contributo desse género literário para o alcance da independência nacional.
2. Seguidamente, o professor selecciona alguns poemas para serem recitados pelos alunos. Prefira-se aqueles de fácil leitura e compreensão em função das idades dos alunos e aqueles que transmitem uma consciência histórica, como por exemplo, *caminho do mato*, *havemos de voltar*, etc).

A ideia principal é fazer os estudantes mergulharem no mundo lírico/poético, através

da leitura e recitação de poemas para desenvolver a oralidade e a capacidade de memorização.

PINTURA, TEXTURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

Igualmente, o centro deverá desenvolver atividades que visam estimular o gosto pelas artes plásticas como a pintura e o desenho artístico para despertar o interesse desde tenra idade.

ENCONTRO COM OS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Como se afirmou anteriormente, a participação dos pais e encarregados de educação é fundamental para o sucesso académico dos alunos. Neste sentido sugerimos o estreitamento de relações entre o centro e os pais, através da realização de encontros periódicos (bimensais ou trimestrais).

6. CONCLUSÕES

Em suma, a realização desta pesquisa permitiu a importância dos centros de instrução infantil no processo de socialização e integração cultural das crianças em idade pré-escolar. Através da fundamentação teórica, percebeu-se que não se pode conceber um centro de instrução infantil como um lugar onde ficam as crianças para que os pais possam trabalhar. Considera-se importante repensar na necessidade de harmonizar a Educação Pré-escolar e oferecer-lhe o valor e o espaço específico que merece dentro do subsistema de Ensino Pré-escolar.

Os dados obtidos através do inquérito confirmaram a existência de um elevado número de crianças fora do subsistema de educação pré-escolar e, por conseguinte, as mesmas crianças são relegadas à sua sorte pelos pais, por não haver um espaço privilegiado em que elas possam aprender e recrear-se enquanto os pais trabalham.

A questão levantada foi se a criação de um Centro de instrução infantil no município teria um impacto positivo na redução do número de crianças até aos 5 anos fora do sistema de ensino. A resposta obtida por meio do questionamento revelou que maior parte dos inquiridos acreditam que a implementação de um centro ajudaria a solucionar o problema da comunidade relacionado ao excesso de alunos que não estão matriculados no sistema de ensino.

Contudo, a pesquisa permitiu fundamentar teoricamente a importância de um centro de instrução infantil, descrever o estado actual da educação no município e identificar as ameaças e as oportunidades para a criação do centro infantil, pois tanto as autoridades como os pais e encarregados de educação são a favor da criação do respectivo centro de instrução para minimizar as dificuldades identificadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAVA, M. J. PALÁCIOS, P. **Será feliz uma criança no infantário?** Plural editores. Coleção. Crescer. Luanda. 2013

BAGILDO, Virgílio Adolfo. **Educação em Angola – Antes, Durante e Depois da Independência.** 2014. Disponível em <https://balgidoquiage.wordpress.com/2014/09/17/educacao-em-angola-antes-durante-e-depois-daindependencia/>. Acessado a 21 de Março de 2023.

BORGES, Genoveva M. dos Santos. **Envolvimento, Autoconceito e Necessidades de Formação: Um Estudo com Educadores de Infância Angolanos.** Lisboa: Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (2008). Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil. Brasília: MEC, SEB.

CASTRO, Cavalcanti, J. **Caminhos da literatura infantil e juvenil: dinâmicas e vivências na ação.** São Paulo: Editora Paulus, 2010.

DECRETO - lei nº 32/20 de 12 de Agosto de 2020. Diário da República nº 123/20 - I Série. Luanda: Ministério da Educação.

DECRETO – lei nº13/01 de 31 de Dezembro de 2001. Diário da República nº 110 Luanda: Ministério da Educação.

DECRETO – lei nº17/16 de 7 de Outubro de 2016. Diário da República nº 170 Luanda: Ministério da Educação.

FILHO, João Correia & ROA, Taimara. **Educação Pré-Escolar: desafios e perspectivas da harmonização e articulação institucional e comunitária na realidade angolana.** Universidade de Luanda Revista Realidade Social - RRS, v. 1, n.1, p. 11-31, Janeiro - Junho, 2022.

FONSECA, C. M. (2011). *O Envolvimento dos Pais no Jardim-de-infância: As ideias dos Educadores-de-Infância* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

FRANCO, Dalva de Souza. & POLÓN. M. *Gestão de Creches para além da Assistência Social. Transição e Percurso na Prefeitura de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2012.*

GIL, António Carlos. **Metodologia de Investigação Científica.** São Paulo: Atlas. 2010.

GILBERTO, FenaldoY.D.; DIAMBO, Fortunato P. T. **Educação em Angola: limitações e avanços antes e depois da independência.** Revista Eletrónica KULONGESATES, 2021.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina.(2007). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5a ed.). São Paulo: Atlas.

LIBÂNEO, José Carlos. (2006). *Didática.* Brasil: Cortez.

LIBERATO, E. **Avanços e retrocessos da educação em Angola.** Revista Brasileira de Educação, 2014.

NETO, T. S. **História da Educação e Cultura de Angola: Grupos Nativos, colonização e a independência.** Chamusca, Portugal: Zaina editores, 2010.

NGULUVE, Alberto K. **Educação angolana: Políticas de reformas do sistema educacional.** Moinho: Biscalchin Editor, 2010.

PINTO, A. F. S. (2010). *Representações da família Sobre o Educador de Infância na Creche* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.

SANTOS, EDUARDO. **Religiões de Angola.** Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar. (S.L) 1970.

VIEIRA, LAURINDO. **Angola: a dimensão ideológica da educação,1975-1992.** Luanda: Editorial Nzila, 2007.

ZAU, FILIPE. **Educação em Angola: novos trilhos para o desenvolvimento.** Luanda: Movlivros, 20.**APÊNDICE**



ANEXO-QUESTIONÁRIO PARA A DIRECÇÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO ECUNHA

Estimado funcionário!

Eu, **PAULINO PINHEIRO EMÍLIO**, estudante do Curso de Licenciatura em História no Instituto Superior Politécnico da Caála, venho, por esta via solicitar a vossa colaboração, no preenchimento deste questionário, o qual servirá de base para o elaboração do Trabalho de Fim do Curso. A mesma monografia tem como finalidade apresentar uma **proposta de criação de um centro de instrução infantil no município da Ecunha**, de modo a reduzir o número de crianças até aos 5 anos de idade fora do sistema de ensino.

Garante-se, desde já, a confidencialidade de toda informação fornecida.

Informação Pessoal:

Função (cargo): _____

Tempo de serviço _____ (anos de serviço)

ENSINO PRÉ-ESCOLAR

Para o presente ano lectivo, quantos alunos em idade pré-escolar foram matriculados
?

E quantos estão fora do sistema de ensino?

Existe algum plano a curto e médio prazo para a inserção destes alunos no sistema de ensino?

SIM ()

NÃO ()

TALVEZ ()

Em sua opinião, o que deveria ser feito para reduzir o número de crianças fora do sistema de ensino?

CENTROS DE INSTRUÇÃO INFANTIL OU JARDINS DE INFÂNCIA

Existe no município algum centro de instrução infantil ou jardim de infância?

SIM () NÃO ()

Não havendo um centro de instrução infantil, como têm acolhido as crianças menores de 5 anos de idade?

Tem havido iniciativa pública ou privada para a criação de um centro ou jardim de infância ?

SIM () NÃO ()

Considera que a criação de um centro de instrução infantil no município contribuiria para a redução do número de crianças até aos 5 anos fora do sistema de ensino?

SIM () NÃO ()

FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA

Temos nas escolas do ensino primário professores com perfil de educadores de infância?

SIM () TALVEZ () NÃO ()

Ao leccionarem, os professores da iniciação levam em consideração as actividades lúdicas como: canções, danças, jogos e dramatização?

SIM () NÃO () SEM OPINIÃO ()

A direcção municipal tem realizado seminários de capacitação aos professores que leccionam a iniciação nas escolas primárias?

SIM () NÃO ()

Muito obrigado pela colaboração!

ANEXO-2 QUESTIONÁRIO PARA OS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA INICIAÇÃO NO MUNICÍPIO DA ECUNHA

Caro pai e encarregado de educação!

Eu, **PAULINO PINHEIRO EMÍLIO**, estudante do Curso de Licenciatura em História no Instituto Superior Politécnico da Caála, venho, por esta via solicitar a vossa opinião, no preenchimento deste questionário, para elaboração do Trabalho de Fim do Curso que tem como finalidade apresentar uma **proposta de criação de um centro de instrução infantil no município da Ecunha**, de modo a reduzir o número de crianças até aos 5 anos de idade fora do sistema de ensino.

Garante-se, desde já, a confidencialidade de toda informação fornecida.

Informação Pessoal:

Idade: _____

Sexo: M ___ F ___

Profissão: _____

Como pai e encarregado de educação, não havendo um centro de instrução infantil, como tem acolhido as crianças menores de 5 anos de idade?

Ficam em casa sob cuidados de um adulto _____

São enviadas à escola na companhia de um irmão _____

São levadas ao serviço pelos pais _____

Acha que a criação de um Centro de Instrução Infantil contribuiria para a redução destes problemas?

SIM ()

b) NÃO ()

c) TALVEZ ()

Que actividades lúdicas ou jogos didácticos sugere que sejam leccionadas pelo centro?

Canções _____

b) Danças _____

c) Jogos Didácticos _____

Teatro/Dramatização _____

e) Outros _____

Quais? _____

Muito obrigado pela colaboração!